

**A SEGREGAÇÃO SOCIOTERRITORIAL: O BAIRRO CARAPINA EM
GOVERNADOR VALADARES/MG NA CONTEMPORANEIDADE**

*SOCIO-TERRITORIAL SEGREGATION: THE CARAPINA NEIGHBORHOOD IN GOVERNADOR
VALADARES/MG IN CONTEMPORARY TIMES*

Iaminne Rodrigues Pereira

Mestranda, UFU, Brasil.
iaminnerpmestrado@gmail.com

Claudia dos Reis e Cunha

Professora Pós-Doutora, UFU, Brasil.
claudiareis@ufu.br

Luiz Carlos de Laurentiz

Professor Doutor, UFU, Brasil.
ludelaurentiz@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como foco desvelar o Bairro Carapina, localizado na cidade de Governador Valadares/MG, e como impera a segregação neste microterritório, cindido em duas áreas distintas: uma mais adequadamente urbanizada e outra bastante precária, conhecida popularmente como Buracão. O objetivo do trabalho é investigar sua condição de área periférica dentro da cidade de Governador Valadares. Como metodologia utilizou-se a pesquisa de campo, experiências erráticas e deambulações, além da análise *survey*. O presente artigo surge de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca dar voz à comunidade do Bairro Carapina, já que é um território que historicamente foi invisibilizado. Assim, o estudo reveste-se de uma relevância social ao aproximar a academia da sociedade. Ademais, no âmbito político, a pesquisa apresenta convergência da temática com a meta da Agenda 2030, com o objetivo de número 11, que busca tornar as cidades mais sustentáveis, seguras e resilientes. Como resultado preliminar, percebe-se que o Bairro ainda vivencia uma realidade de segregação especialmente sociocultural, tendo em vista que sua localização no tecido urbano não o caracteriza como propriamente periférico. Assim, o estudo também busca lançar luzes sobre estudos urbanísticos que tradicionalmente apresentam segregação e periferia praticamente como sinônimos, apontando que o fenômeno da segregação pode ter outras formas de manifestação em nossos espaços urbanos tão desiguais.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro Carapina. Buracão. Segregação

ABSTRACT

This paper focuses on the Carapina neighbourhood, located in the city of Governador Valadares/MG, and how segregation prevails in this micro-territory, divided into two distinct areas, one more adequately urbanized and the other quite precarious, popularly known as Buracão. The aim of this study is to investigate its status as a peripheral area within the city of Governador Valadares. The methodology used was field research, erratic experiences and wanderings, as well as survey analysis. This article arises from an ongoing master's research project, which seeks to give a voice to the Bairro Carapina community, since it is a territory that has historically been invisibilized. The study is therefore socially relevant as it brings academia and society closer together. In addition, in the political sphere, the research shows convergence of the theme with the goal of Agenda 2030, with objective number 11, which seeks to make cities more sustainable, safe and resilient. As a preliminary result, it can be seen that the Neighbourhood still experiences a reality of segregation, especially socio-cultural segregation, given that its location in the urban fabric does not characterize it as peripheral. Thus, the study also seeks to shed light on urban studies that traditionally present segregation and periphery as unequal synonyms.

KEYWORDS: Carapina neighborhood. Buracão. Segregation.

1 INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é um tema complexo, abordado por diversos autores a partir de distintas perspectivas. Deve-se destacar que há duas principais correntes de estudo e análise do fenômeno da segregação: de um lado, estudos embasados nas ideias da Escola de Chicago, para qual a segregação é fruto de escolhas individuais no contexto do livre mercado; oposta a esta visão, os teóricos de matriz marxista defendem que a segregação é mais um dos elementos que caracteriza a luta de classes, desvela e espacializa as desiguais relações sociais no âmbito do sistema de produção capitalista Vieira e Mellazo (2012). Os diversos pensadores oriundos desta corrente, apesar de diferenças entre eles entendem que:

[...] o processo de segregação socioespacial é o resultado das desigualdades existentes nas relações sociais entre as diferenças classes sociais e que resultam num acesso diferenciado à cidade, seja na sua localização espacial ou no acesso aos bens de consumo coletivos (VIEIRA e MELLAZO, 2012, p. 68).

No Brasil, a segregação socioespacial é reflexo da formação territorial brasileira, pautada na problemática divisão das terras desde o século XVIII, cujos resquícios estão presentes até a contemporaneidade, o que contribui para a produção de áreas urbanas fortemente desiguais. Tais características podem ser vislumbradas no Bairro Carapina, protagonista deste estudo, localizado na cidade de Governador Valadares/MG.

Como consequência deste processo de segregação socioespacial ocorre a exclusão e estigmatização de microterritórios tidos como periféricos e dos habitantes que ali residem, corroborando ainda mais para esta dupla segregação. O desafio de se debruçar e compreender os estudos voltados para as periferias brasileiras revela uma parte daquilo que é negligenciado por parte do poder público. Dessa forma, este trabalho se apresenta como uma tentativa de evidenciar as potencialidades existentes no local estudado, do qual emerge um campo fértil para se debruçar o olhar, contemplando um recorte de narrativas que foram esquecidas, a fim de enaltecê-las.

2 OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo geral analisar historicamente o processo de formação e determinação da territorialidade do Bairro Carapina, na cidade de Governador Valadares/MG, de modo a evidenciar como a segregação socioespacial se faz presente na contemporaneidade. Visa-se analisar as territorialidades presentes no bairro, problematizar o conceito de periferia – comumente associado à localidade, ainda que, geograficamente, ela não se configure, propriamente, como tal, na situação urbana contemporânea.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada na construção deste trabalho foi de abordagem qualitativa e, de natureza crítica, já que pretende questionar a realidade posta. Destaca-se que a

abordagem crítica se fez amparada na corrente de autores que discorrem sobre periferia, conceito utilizado como categoria de análise. Também se lançou mão da análise exploratória, ao procurar se aproximar do problema a fim de compreendê-lo. E, quanto aos procedimentos utilizados foram: o diário de campo a partir da experiência errática com as deambulações, pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise *survey*.

Sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo adotou-se a errância urbana como forma de demarcar o território por meio da experimentação, sendo o errante o sujeito que participa voluntariamente e delimita “ações e percursos” Lynch (1960), a partir de representações, planificações e projeções. Portanto, o errante não somente mapeia ele experiencia a cidade, por meio de uma cartografia intinerante; a corporeidade. Nesse sentido, complementando com Lynch (1960), o indivíduo reimprime/reagrupa/reinventa as suas subjetividades na *urbe* ininterruptamente. Deste modo, permeia a recodificação do sujeito no constante trânsito pelo espaço através do mapeamento.

A fim de realizar uma imersão no Bairro Carapina adotou-se como método de pesquisa as deambulações, ou seja, a caminhabilidade por meio das experiências erráticas da alteridade com o intuito de se conhecer o microterritório Jacques (2012). Neste sentido, foram realizadas visitas ao local e, enquanto sujeito observador-caminhante a descobrir como era o modo de vida da população. Sendo essas visitas regidas pelas “(im)possibilidades de se realizar novas experiências”, afinal, cada visita se torna única. Conforme Jacques (2012) aponta, existe assim, uma contínua dinâmica espacial, que, em diálogo com Certeau (1998), ao narrar que estas aventuras são baseadas, em ações marcadas, pela ideia de se conhecer a geografia pelos sujeitos-pedestres ao realizarem “a viagem qu(e) os pés executam”; ou seja, é uma *diegese* (termo grego que significa narração), uma caminhada guiada que passa pela transgressão subjetiva.

4 RESULTADOS

4.1 O Bairro Carapina, História e Territorialização

No sentido de elucidar o Bairro Carapina, realiza-se a princípio um breve retrospecto histórico a fim de apresentar aos leitores seu processo de territorialização.

A cidade de Governador Valadares/MG tem origem no século XIX, nos arredores de um quartel militar às margens do Rio Doce, caracterizando-se como entreposto comercial, beneficiado pela localização estratégica para escoamento e circulação de mercadorias pela via fluvial. Inicialmente denominada Figueira, a localidade era distrito de Peçanha, da qual só viria a se emancipar no ano de 1937.

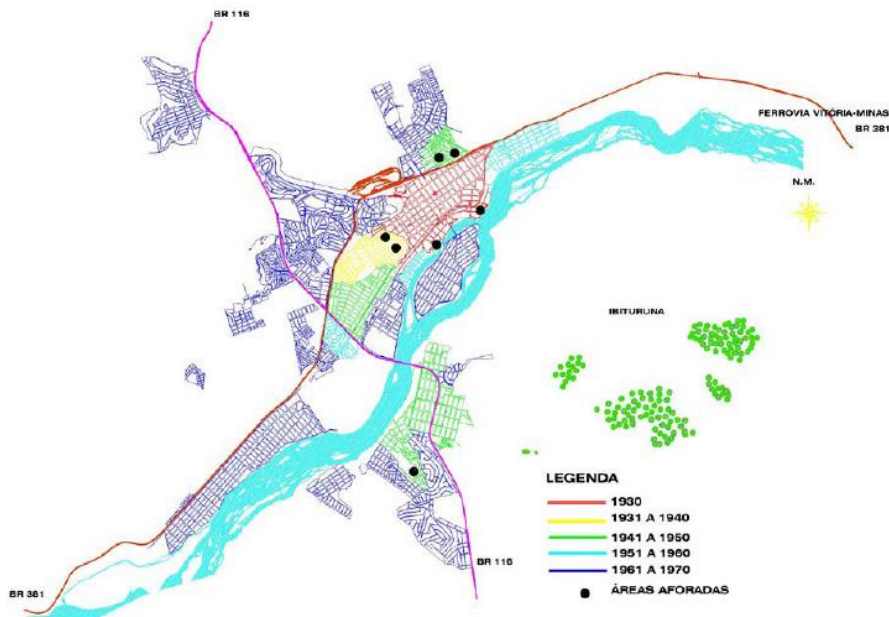
No início dos anos de 1920, a vida urbana de Figueira girava em torno de umas poucas ruas às margens do rio. Os trilhos da estrada de ferro ficavam à esquerda e o rio passava à direita, no sentido Oeste-Leste. O café e a madeira eram os produtos que sustentavam a receita da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Além de receber a produção de café e madeira, destinada à ferrovia, Figueira passou a contar com tropeiros vindos de longe, carregados de toda sorte de mercadorias, como feijão, milho, farinha,

rapadura, queijo e toucinho. De volta, levaram o sal, querosene, cortes de tecidos, ferramentas e utensílios diversos.

A pecuária não tinha ainda a expressão que viria adquirir na década de 40, mas já tinha na invernada a sua característica marcante, ou seja, a engorda de gado para os grandes mercados consumidores. Isso influenciou o tipo padrão de fazenda que se formou no distrito de Figueira, marcada pela ausência de investimentos nas propriedades rurais e pelas construções modestas e precárias, diferentes da fazenda típica de Minas Gerais. Os fazendeiros residiam na cidade e, muitos deles, também eram comerciantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Governador Valadares, Histórias & Fotos. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/historico>. Acesso em ago/2023).

Neste sentido, avançando um pouco na historiografia, vale destacar um mapa do avanço da ocupação da cidade, a partir da década de 1930, na qual se verifica uma expansão demográfica (Figura 1):

Figura 1 - Mapa do avanço da ocupação da cidade de Governador Valadares/MG



Fonte: GUIMARÃES (2009, p. 60).

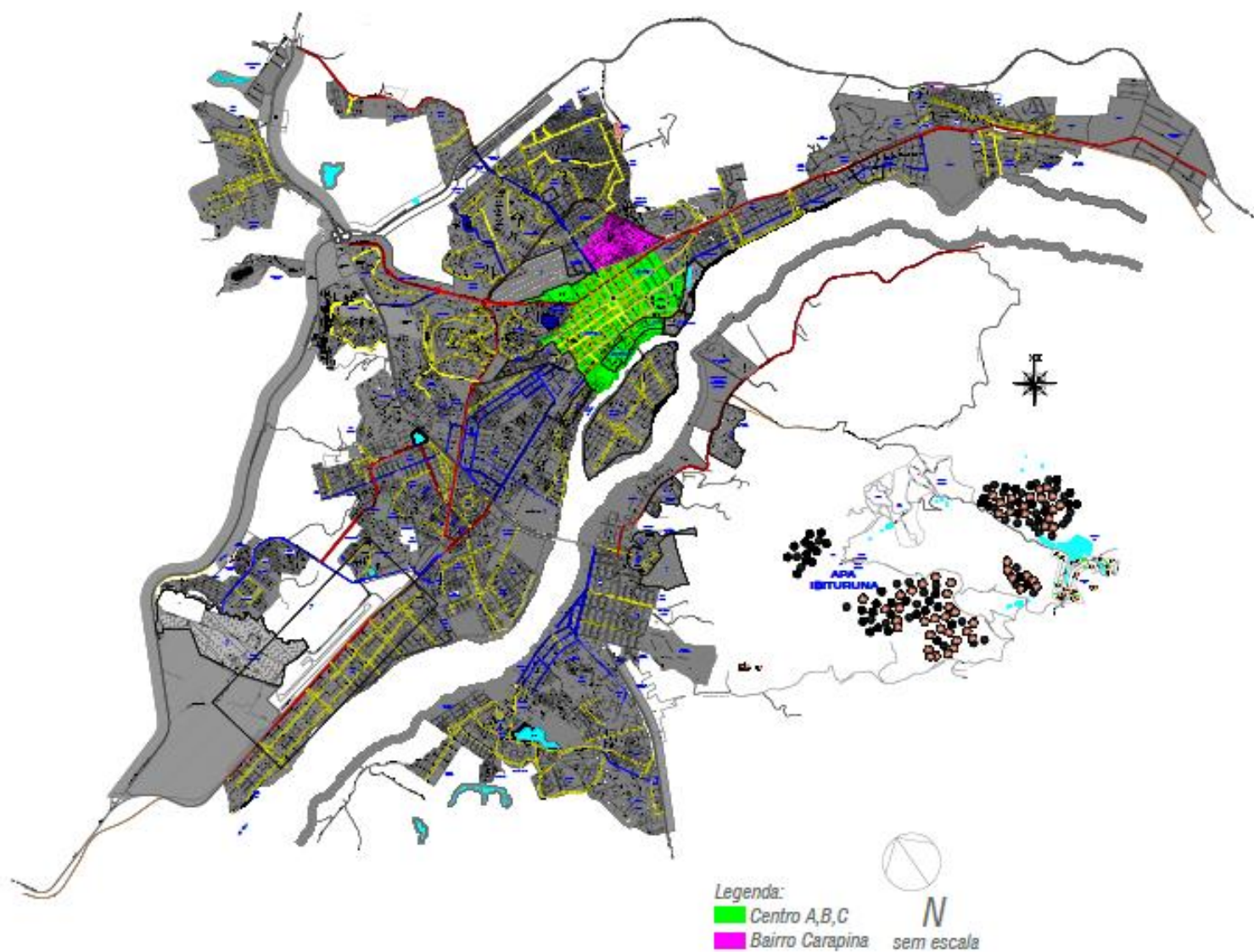
O Morro do Carapina integrava uma fazenda que pertencia ao Senhor Antônio Carapina (sem registro bibliográfico e documental), localizada ao norte da área central da cidade e além dos limites da linha férrea. De acordo com a pesquisa de campo detectou-se que o surgimento do bairro ocorreu em torno de 1950, por meio da compra e venda de lotes oferecidos a um baixo custo, referente a mil cruzeiros por área. Como consequência é válido pensar que a localidade contava com uma infraestrutura precária o que afetava diretamente na qualidade de vida da população (Favela é Isso Aí,¹ 2022). O Bairro Carapina foi uma das primeiras

¹ Favela é Isso Aí, é um sítio eletrônico de 2004, em que a produção e elaboração do conteúdo foi resultado do projeto Guia Cultural de Vilas e Favelas, realizado pela antropóloga Clarice Libânio, publicado em agosto de 2004, em parceria com a Organização não Governamental homônima. Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/carapina-governador-valadares/>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

localidades de Governador Valadares, sendo um bairro operário caracterizado por abrigar moradores que participaram do fenômeno do êxodo rural.

Como podemos verificar nas Figuras 2 e 3, o Bairro Carapina possui como linhas limítrofes: a Avenida Tancredo Neves, a Avenida Minas Gerais, a Rua Gentil Dias da Silva e a Rua Tupinambás, o Buracão compreende a Rua Galiléia, na qual nota-se uma precariedade mais acentuada.

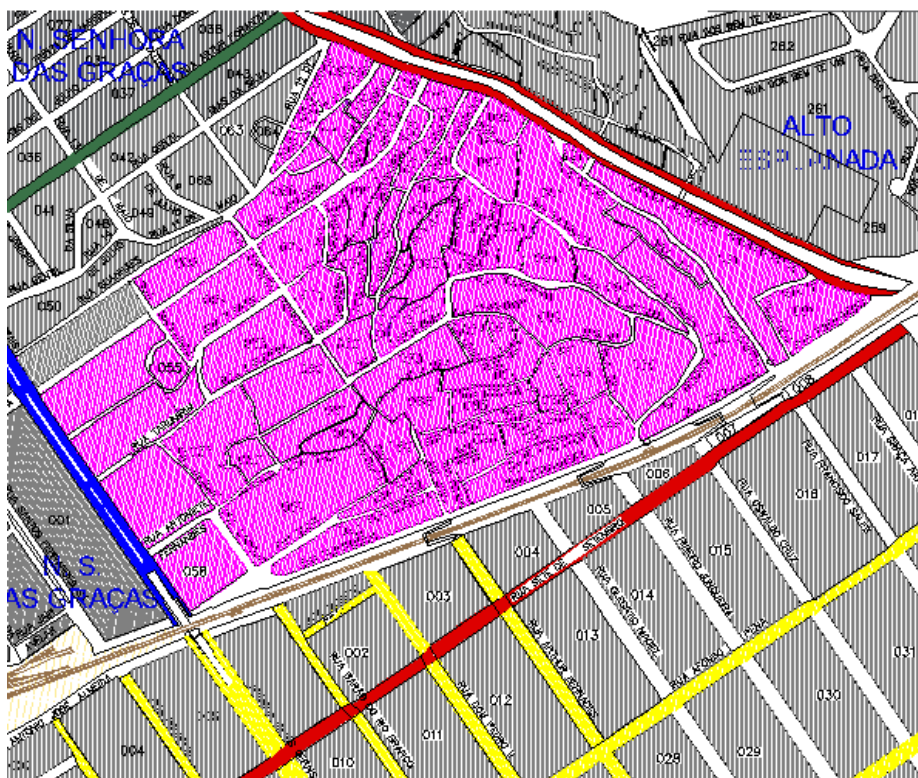
Figura 2 - Mapa do Bairro Carapina circunscrito na cidade de Governador Valadares/MG



Fonte: Prefeitura de Governador Valadares (2015).

Logo abaixo segue o mapa detalhado do Bairro:

Figura 3 - Mapa do Bairro Carapina



Fonte: Prefeitura de Governador Valadares (2015).

Legenda:

 Bairro Carapina



N
sem escala

Retomando, as residências eram simples com tábuas e feitas de barro. Há relatos que haviam percevejos e que não contavam com arruamentos, além do cultivo de pasto ser uma forma de subsistência. Quando chovia, o Bairro ficava repleto de lama; bem como, oferecia risco geológico de desmoronamentos por apresentar uma topografia mais elevada. Para amenizar a situação, a população contava com dois tipos de apoio: o primeiro deles advindo da Igreja Católica (fenômeno esse percebido em demais periferias que será tratado mais adiante), juntamente (pelo apoio do Padre Mateus com o Fundo Cristão), e o segundo de caráter internacional (conforme depoimentos do moradora entrevistada G., 43, Rua Ipiranga), através do apadrinhamento das crianças do Bairro com envio de dinheiro, material escolar, complementando a renda, já que os pais conseguiam mantê-los com o básico, conforme citação do morador entrevistado:

V: Quando a gente era criança tinha uma Associação Samuel Domingos Gomes isso era uma coisa que tratou da nossa comunidade a gente era uma pobreza, a gente necessitava muito deles, sempre eles ajudavam a gente.

I.R. Tinha proximidade com a Igreja?

V: Não era só a pessoa, que foi para os Estados Unidos e tinha meus irmãos que eram apadrinhados, então ajudava a gente demais, a gente era muito filho, meu pai, mais

minha mãe. Tinha meu pai, ele trabalhava cortando mica, esse negócio, então ganhava muito pouco, então essa ajuda que os padrinhos davam para os meus irmãos ajudavam a gente demais.

I.R.:E eles ajudavam muita gente do Bairro?

V: Ajudavam eram muita gente, tinha o pessoal, era muita gente apadrinhados. Aconteciam às vezes de mandar a quantidade que mandava por mês e mandava um trocadinho a mais, aquilo ajudava demais a gente. (V., 64, Rua Caratinga).

Em paralelo, é válido pensar que processo similar foi vislumbrado em outros territórios empobrecidos brasileiros, pois segundo Maricato (2000) esses espaços foram se constituindo com figuras que eram opostas à Ditadura (especificamente, em São Paulo), lutando para que fosse promovido um urbanismo visando a garantia da dignidade, de modo a exigir do Poder Público maior atenção para as periferias, fundando assim o Fórum de Reforma Urbana (FRNU).²

Processo semelhante também se verificou na cidade Teófilo Otoni/MG, no Bairro Eucalipto, conforme Pereira (2019), cujo processo de territorialização perpassou pelas etapas de: compra e venda de lotes, pelo êxodo rural com a vinda de pessoas das cidades circunvizinhas e dos distritos, e na expulsão de alguns dos moradores que eram trabalhadores de uma fazenda e foram literalmente despejados no território do Bairro Eucalipto. Como um dos achados da pesquisa de campo realizada por Pereira (2019), descobriu-se por meio dos relatos dos moradores que a figura da Irmã Arcângela é tida como marcante, uma vez que a religiosa fora empenhada em levar aos moradores a educação tanto para as mães, quanto para as crianças, e mobilizou a comunidade para a construção de uma escola, que em homenagem levou o seu nome e foi edificada através de mutirão realizado pelos próprios moradores durante os finais de semana, fato este ocorrido entre as décadas de 1970-1980.

Ao retornar para o protagonista deste estudo, o Bairro Carapina, no início de seu processo de urbanização (sem uma data específica e documentada) contava com chafarizes em alguns trechos na Rua Tupinambás e na Rua Ipiranga, que eram espécies de torneiras que captavam a água, já que não havia sistema de abastecimento e tampouco saneamento básico, cuja conquista contou com o apoio da comunidade e do Padre Eulálio Lafuente. “Assim por causa desses chafarizes formavam filas pra pessoa pegar água pra uso comum em casa, então todo mundo tinha só cartola.” (G., 43, Rua Ipiranga), sendo que as cartolas eram latas de óleo grandes que serviam para o armazenamento.

Posteriormente, as tentativas de abastecimento de água se deram por meio de caixas d’água, uma em frente a atual Escola Estadual Carlos Luz (na Rua Ipiranga), uma na Rua Tarumirim e outra na Rua Marajá, localizada dentro do lote de um dos moradores e erguida a partir de doações. Já por volta de 1968, segundo relato de uma moradora entrevistada, houve a construção do “Bioquê do Prefeito” (G., 43, Rua Ipiranga), no mandato do então prefeito

2 Deste modo o Fórum de Reforma Urbana (FNRU) tinha o apoio da classe de arquitetos, além das seguintes participações: a) setores da Igreja Católica de tendência progressista; b) setores não governamentais e técnicos de assessoria aos movimentos sociais urbanos e c) pelas próprias lideranças de movimentos urbanos, que permaneceu ativo até os anos de 1980, na defesa de uma agenda de Reforma Urbana que priorizou, entre outras, a figura jurídica do “solo criado” (Maricato, 2000, p. 18). O FNRU foi um dos responsáveis pela inserção na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 de algumas conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p.121-193.

Hermírio Gomes, que contou com o armazenamento e bombeamento de água para o local (Fig. 4 e 5), porém a tentativa não era suficiente para atender a demanda do Bairro.

Figura 4 – Bioquê



Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/governador-valadares/bioque-do-prefeito>

Figura 5 - Parte interna do Bioquê



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Neste período, as residências eram mais simples, edificadas por meio de mutirões, por iniciativa própria dos moradores, cuja ocupação se deu de modo irregular e sem seguir os parâmetros da legislação, sendo assim até a atualidade. Quanto ao deslocamento ocorria por meio de carroças e o arruamento era mais precário, o alargamento das ruas ocorreu de forma gradativa, e no que se refere à pavimentação, as primeiras ruas a serem contempladas foram: Caratinga e Inhapim. Quanto à iluminação era por meio de lamparina, lampião ou tochas, principalmente no período noturno, somente por volta da década de 1970, e de forma gradativa houve a distribuição e o fornecimento de energia elétrica no bairro.

Figura 6 – Rua Caratinga



Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Figura 7 - Rua Galileia



Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Conforme demonstram as figuras 6 e 7, nota-se uma precariedade da Rua Galileia (conhecida popularmente como Buracão) em comparação com a Rua Caratinga. O Buracão por si só é um complexo territorial dentro do próprio Bairro Carapina, sendo um local mais precário desde a concepção das residências e seus becos. Por apresentar meandros e escadarias e por não possuir a largura necessária, o acesso de automóveis nessa área torna-se inviável. Além disso, nos períodos de chuva ocorrem os deslizamentos de terra.

Dito isso e, ao tomar como base os conceitos já expostos sobre as deambulações, ao adentrar no Bairro Carapina, no primeiro momento foram realizadas as visitas, a fim de conhecer as ruas e os moradores sendo estas: a Rua Caratinga, Rua Galiléia, Rua Itanhomi, Rua Inhapi, Rua Manhuaçu, Rua Tarumirim e a Rua Tupinambás. Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo e a seguir apresentam-se alguns dados quantitativos que contou: com o campo amostral de 21 entrevistados, predominantemente do gênero feminino, sendo 57,1% do total. Já a faixa etária foi a partir dos 18 anos, compreendendo entre: 21-30 anos (equivalente a 9,5% dos entrevistados); 31-40 anos (33,3% dos entrevistados); 41-50 anos (23,8% dos entrevistados); 51-

60 anos que não obteve entrevistados, e acima de 60 anos correspondeu a 33, 3% dos moradores entrevistados.

Referente à raça a maioria se identifica com a preta ou parda, sendo 33,3% na primeira categoria e na segunda 66,7%. No que se refere ao logradouro dos entrevistados foram as ruas: Caratinga (com quatro moradores); Ipiranga (com sete); Marajá (com quatro); Itanhomi (sendo três); Inhapim, Tarumirim e Antoniete Fernandes com apenas um entrevistado, respectivamente. Quanto à escolaridade, onze dos entrevistados completaram o Ensino Médio, sendo uma no EJA- Educação de Jovens e Adultos, uma delas com Ensino Profissionalizante, um com Curso Técnico e quatro mulheres com Ensino Superior. Atualmente a comunidade conta com duas escolas, uma da rede estadual e outra municipal, posto policial, unidade básica de saúde, bares, sacolão e mercearias.

4.2 Conhecendo o Microterritório: buscando compreender os conceitos e elucidando a temática

Ao observar e conversar com os moradores entrevistados percebeu-se que impera de certo modo um preconceito por parte do restante dos moradores da cidade, no que diz respeito à concepção do Bairro, em especial, no que se refere à definição de periferia, já que o território é lido pelos outros como uma periferia. Para tanto, é válido repensar em conceitos e autores para elucidar melhor o raciocínio. A fim de responder esta problemática, na entrevista de campo foi perguntado como os moradores identificam o local e, como resultado, a maioria o denomina de bairro, poucos moradores como morro e outros como comunidade, ou seja, a partir da autoidentificação, nota-se que eles se reafirmam como um bairro, como qualquer outro, por apresentar “um pouco de tudo”, como já fora citado anteriormente.

Segundo Picollo (2006), o estigma que a favela perpassa coabita com os “problemas” desde o surgimento das primeiras no país, no século XIX. A autora aponta que o termo demanda na contemporaneidade uma “reconstrução”, visto que, as favelas foram incluídas nesse constructo de imagens, concebidas, sociologicamente, pensando nos termos de carência, sejam elas: “carência de bens materiais devido às habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgoto, água ou luz; perigosa ‘carente’ de moralidade” (PICOLLO, 2006, p. 331-332). Portanto, é necessário se repensar na própria nomenclatura dos termos periferias, já que historicamente foram baseadas em preconceitos e estigmas.

Em diálogo, Villaça (2001) ao interpretar Lojkin (1981) sob a ótica da segregação, define que o fenômeno ocorre por meio de uma determinada concentração populacional no território, tendo como fator natural a exclusão, dada pela predefinição do próprio local o que implica no valor da terra, sendo assim um dos produtos de uma espacialização das classes sociais, o que decorre a partir disso o conceito de segregação socioespacial marcada: 1) a contradição entre periferia e centro; 2) a distância entre as residências nobres e áreas com as residências populares; 3) rompimento da função do urbanismo na geografia do espaço o que resulta na predefinição e especificação do território com: “zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia.” (VILLAÇA, 2001, p. 147).

Em conformidade, para Carlos (2020) esta segregação parte no próprio cenário da cidade como um meio de junção dos elementos que caracterizam as singularidades do indivíduo, os atos que são simultâneos e as atividades que se concretizam como método da possibilidade de usufruir do tempo-espço que materializa a vida e se contrapõe: a segregação sendo “separação e apartamento”, o que corrobora para a lógica da sociedade como um meio de se negar a cidade. Assim nessa dialogicidade, a urbanização surge como uma fraca potência, o indivíduo se destitui da participação criativa, com isso ocorre a pobreza por meio da privação.

Pelo fato de o Bairro Carapina ser localizado próximo ao centro da cidade e com acesso a uma das principais avenidas de Governador Valadares, a Avenida Minas Gerais, percebe-se que o bairro, do ponto de vista localizacional, não se constitui como periférico. De acordo com a pesquisa de campo realizada, verificou-se que chegar ao centro da cidade desde o Carapina leva, em média, em torno de vinte a trinta minutos a pé; já de moto esse tempo gira em torno de dois a cinco minutos e de carro entre cinco e dez minutos. Desse modo, partindo para a conceituação de Frúgoli (2000), o bairro está próximo de uma centralidade. Porém, em termos puramente geográfico, sociológico e cultural, ainda é considerado como uma periferia para o restante da cidade, identificação oriunda de um ideia de que ali não há infraestrutura urbanística adequada, além de ocupar uma região de topografia mais acidentada, carregando consigo o estigma de um local marginalizado e pobre.

Ao trazer para o debate as contribuições de Santos (2013), o autor criticamente questiona o que vem a ser pobreza, como um território é tido como pobre, justamente pelo fato do conceito de pobreza utilizar-se de categorias analíticas vazias e que servem tão somente para estigmatizar os espaços, quando se deveria questionar o que estrutura a pobreza, ou a riqueza em si, em relação a quem ou a que elas são compreendidas, a fim de tensionar com os parâmetros puramente políticos e econômicos pré-concebidos, para em seguida desmantelá-los.

Para Maricato (2019), o território periférico é caracterizado pelo uso e ocupação do solo de forma ilegal, pelos loteamentos irregulares e entraves típicos das cidades modernas. Logo, o território da periferia é também reflexo da segregação socioespacial como consequência da elevada especulação imobiliária. Nesse sentido, Rolnik (2015) alerta que na disposição dos espaços nas periferias e favelas (o que a autora denomina como assentamento popular) diante das normas regulatórias há uma ausência de planejamento, em que esses loteamentos são arrançados.

Com isso, foi possível identificar com a pesquisa de campo que a maioria dos moradores entrevistados não possuem o registro de imóvel reconhecido em cartório e que a ocupação do Bairro ocorreu de modo irregular e desordenado, conforme citação da moradora:

Eram os funcionários que trabalhavam ali que vieram para o morro que vinham da roça e não tinha onde morar tinha o centro e não tinham como comprar. Vieram subindo o morro vieram ocupando o morro, comprando os lotes, bom não teve uma organização para ocupação aqui não, as pessoas vieram e foram desbravando o mesmo. (G., 43, Rua Ipiranga).

Em conformidade, verifica-se que a territorialização e arregimentação do solo no Brasil desde seus primórdios se deu de forma desigual e pelo poder do latifúndio, sendo essa divisão

a origem da segregação socioespacial. Segundo Santos (2018 e 2013, p. 10) esse sistema da *urbes* tem o poder cada vez mais complexo, com a sobreposição de territórios e cria novos arcabouços entre o centro-periferia. Como consequência desse processo, a periferia acaba sendo o “polo de pobreza”, o que a torna mais afastada dos centros urbanos, na qual os moradores vivem sob condições “sub-humanas” e insalubres. Assim, na contemporaneidade, as cidades tornam-se um construto de contradições, nas quais se reverberam e se retroalimentam desse ideário de desenvolvimento, mas cercado de complexos centros de exclusão e estigmatização (SANTOS, 2018 e 2013).

Nesse sentido sobre a estigmatização é válido pensar que os moradores entrevistados relataram que alguns anos atrás, para pleitear uma vaga de emprego era necessário ocultar do currículo o fato de ser morador do Carapina, inclusive no processo de entrevista, já que o preconceito era tamanho e a rejeição para a vaga aconteceria, conforme a citação da moradora:

Já houve um tempo que a gente não podia falar, você escrevia o currículo, você não podia falar é “Carapina”, se você fosse numa entrevista de emprego você não podia falar “Carapina”, cê tinha que usar era Nossa Senhora das Graças. Então quando a gente faz isso, faz por causa da violência, isso por causa do preconceitos [...]. (G., 43 anos, Rua Ipiranga).

Segue outro relato:

Ah Deus tá abençoando que nossos jovens aqui eles tudo trabalham, o meu neto de dezenove anos, há muito tempo ele trabalha, os amigos dele tudo trabalham, quando é a tarde e tem folga, quando não tá chovendo, eles costumam se encontrar bater um papinho um com o outro. (M. P., 75, Rua Ipiranga).

Assim percebe-se que ao longo do tempo houve algumas mudanças significativas, como por exemplo, com relação à empregabilidade pois segundo os relatos, a maioria dos moradores do Bairro consegue ocupar postos de trabalho, mesmo carregando consigo o estigma de ser residente do Carapina. Desse modo, com relação ao mercado de trabalho e renda, nas entrevistas houve alguns apontamentos significantes, a destacar que: todos os entrevistados possuem alguma fonte de renda, seja ela formal ou informal, quatro dos entrevistados são aposentados e apenas uma recebe o auxílio Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por mais que muitos deles ainda ocupem postos de subserviência, existem relatos por parte dos moradores que muitos jovens estão trabalhando, ou em cursos profissionalizantes, ou estão matriculados em cursos superiores, algo que era tido como uma realidade distante e praticamente inalcançável alguns anos atrás.

4.3 Interpretando os conceitos de território para compreender a realidade

Ao abarcar o conceito de território presente no microcosmo do Bairro Carapina é válido elencar conceitos-chave desta nomenclatura para elucidar a temática em suas três vertentes, a saber: 1) política- referente ao “espaço poder ou jurídico-política” onde existe a predominância do controle e delimitação do território, nem sempre está correlacionado com o “poder político do Estado”; 2) cultural- abarcado pelo sentido “culturalista” ou “simbólico-cultural” representa o simbólico e a subjetividade no espaço como uma forma de apropriação

com o espaço que foi vivenciado; e 3) econômico- neste sentido compreende a “dimensão espacial das relações econômicas” como uma forma de dualismo entre o “capital-trabalho” na disputa do espaço (HAESBAERT, 2011; HAESBAERT E LIMONAD, 1999).

De acordo com Haesbaert (2014), o conceito de aglomerados de exclusão parte de uma definição que é um processo complexo e dinâmico, com certa instabilidade. Como uma forma de associação do conceito de aglomerados na ideia de “regulado e ordenado” Haesbaert (2014, p. 189), há uma lógica entre os territórios-rede e o território. Pensar na definição “aglomerados de exclusão”, segundo Haesbaert (1995, p. 196), significa por em xeque a complexa troca que é inerente ao processo do território-rede imposto pela geografia, baseado em processos que se ordenam pelo “espaço-geográfico”, por meio de territórios-redes em desordem e sem a logicidade como um mero reflexo da exclusão: política, cultural, econômica posta na contemporaneidade.

Além desta definição, é válido repensar que existe uma outra denominada território-rede, que pode ser inferido no território do Bairro Carapina, já que no local existem complexos e fragmentos - o segmento do Buracão. Assim, aprofundando na conceituação, é válido destacar:

[...] viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade- uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim territorializar-se significa também hoje, construir e/ou/ controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num movimento, no e pelo movimento. (HAESBAERT, 2011, p.279-280).

Posto isto, no mesmo território existem (des)continuidades presentes pelos agrupamentos da dinâmica espacial marcada pela vivência e de acordo com a fluidez do território. Percebe-se que o Buracão acaba sendo um território-rede já que por si só exerce maior dependência com o Carapina, por possuir maior precariedade (quanto à salubridade e habitabilidade). Porém é importante destacar que o trabalho não teve como protagonista de estudo e investigação o complexo do Buracão, focando-se em outras áreas do Bairro Carapina.

O esquema a seguir visa elucidar a definição de território, tendo como base as contribuições de Haesbaert (Figura 8):

Figura 8 - Esquema sobre território e a lógica zonal



Fonte: Viver no Limite, Haesbaert (2014), produzido pela autora (2023).

A obra do autor, sob a ótica foucaultiana do território, propõe atenção aos desdobramentos da visão territorialista no que diz respeito à “lógica zonal na ação política hegemônica” (HAESBAERT, 2014, p. 109). Neste caso, destaca-se a conceituação acerca do território-rede que se refere tanto ao Buracão quanto ao Carapina, ou melhor, à interdependência entre eles – que abarca o Bairro como um todo e suas capilaridades com suas ruas e becos – sendo assim funciona como mecanismo de autossustentação em prol da autorregulação e que estão em constante plasticidade. Ao mesmo tempo, no que se refere ao território de exclusão, o Bairro em geral para o restante da cidade é tido um local marginalizado, excluído e estigmatizado.

Desse modo, verifica-se que o Bairro Carapina sofre uma exclusão (do ponto de vista conceitual) no que abrange aos termos de bairro, periferia e comunidade já que é tido como uma periferia, sob a perspectiva urbanística, geográfica, política e sociológica. Assim, é importante pensar que essa conceituação para essas áreas de estudos e suas correntes de autores/pesquisadores abarcam questões colocadas às vezes de forma categórica e generalizada para o referido estudo e, conseqüentemente, hegemônica na concepção do território com a dicotomia centro-periferia.

A realidade vivenciada pela experiência em campo, a mesma apontou que as terminologias não corroboram para o que está posto, por isso necessário se faz repensar as definições postas, no exercício de contrapô-las. Isso se torna um desafio, principalmente por eleger correntes de autores que analisam as periferias, bairros e demais localidades que possuem características similares e que, no trabalho em geral, são tidas como categorias de análise. Portanto, nota-se que a segregação, para além dos aspectos já mencionados, é também fruto de uma questão cultural da cidade, e que se retroalimenta no constructo social. Fatos vislumbrados e elucidados por meio da pesquisa de campo, no contato direto com a realidade local.

5 CONCLUSÃO

É notório que a segregação socioterritorial é secular, sendo possível vislumbrar que o fenômeno que ocorreu no Bairro Carapina se deu por todo o solo brasileiro, independentemente da região. Esta segregação é reflexo de uma amortização da originalidade do território, que ao longo da historiografia foi representado por disputas incansáveis e incessantes embates para a posse da propriedade. O esforço de estudar o Bairro Carapina se deu como uma tentativa de interpretar sua historicidade e entender como está posta na contemporaneidade a problemática da segregação socioespacial. A materialidade da pesquisa incorpora a voz daqueles que foram silenciados por décadas. Assim o presente estudo traçou como percurso a apresentação da territorialidade e suas dinâmicas no Bairro Carapina, ainda que de modo parcial, pelo fato de ser um recorte de uma pesquisa ainda em curso.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani. Segregação socioespacial e o direito à cidade. **Geousp – Espaço e Tempo** (On-line), USP, São Paulo, n. 3, v. 24, p. 412-424, dez. 2020.
- CERTEAU, Michel de. **A artes de fazer invenção do cotidiano**. Nova edição e tradução Luce Giard. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed, 1998.
- FAVELA ISSO AÍ. Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/carapina-governador-valadares/>. Acesso em: 20 de jun. 2022.
- FRÚGOLI, Heitor Jr. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. **Novos valores, velhas questões**: o planejamento urbano em Governador Valadares, 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade e, tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1ªed, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. “Do Fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ªed, 2011.
- HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.7: UERJ, p.7-19, jan. 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização**: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In. Castro, I. et.at. (org) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Governador Valadares, Histórias & Fotos. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/historico>. Acesso em ago/2023.
- JACQUES, Paola Berensthein. **Elogio aos Errantes**, Salvador: EDUFBA, 2012.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70 LDA, trad. Maria Cristina Tavares Afonso, 1960.
- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias**. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias Planejamento urbano no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p.121-193.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 2019.
- MINAS. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/governador-valadares/bioque-do-prefeito>. Acesso em 31 ago. 2023.
- PEREIRA, Iamir Rodrigues. **Bairro Eucalipto e o significado de suas multiterritorialidades na infraestrutura urbana de Teófilo Otoni (MG), 2019**. Monografia (Faculdade de Engenharia- Curso de Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Engenharia. Universidade do Vale do Rio Doce, 2019.

PICOLLO, Fernanda Delvalhas. **A gramática nativa:** reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In *As cidades e seus agentes: práticas e representações/* Heitor Frúgoli Jr., Luciana Teixeira de Andrade, Fernanda Arêas Peixoto (organizadores). Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006, 408p..il, Coleção Temas urbanos.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A Pobreza Urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

VIEIRA, Alexandre Bergamin e MELAZZO, Everaldo Santos. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Formação** (Online), v. 1, n. 10, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118/1123>> Acesso em: 25 ago 2023.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Editora Fapesp, 2009.